



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

ALESSANDRA CARVALHO BORGES DA SILVEIRA

**O DESENVOLVIMENTO DO PAPEL DAS MULHERES NA DIPLOMACIA
BRASILEIRA: Uma perspectiva histórica e analítica.**

**BRASÍLIA
2022**

ALESSANDRA CARVALHO BORGES DA SILVEIRA

**O DESENVOLVIMENTO DO PAPEL DAS MULHERES NA DIPLOMACIA
BRASILEIRA: Uma perspectiva histórica e analítica.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Me. Fernanda Luiza Silva de Medeiros

**BRASÍLIA
2022**

ALESSANDRA CARVALHO BORGES DA SILVEIRA

**O DESENVOLVIMENTO DO PAPEL DAS MULHERES NA DIPLOMACIA
BRASILEIRA: Uma perspectiva histórica e analítica.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Me. Fernanda Luiza Silva de Medeiros

BRASÍLIA, XX DE JUNHO DE 2022

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

Dedico este texto a todas as mulheres, diplomatas ou não, que de alguma forma estão ligadas a este trabalho e logo, a minha trajetória - as mulheres que me precederam e abriram espaço e me deram confiança para que eu pudesse debater temática tão importante. Em especial, a mais incrível de todas, a minha mãe - minha base e fonte de inspiração para tudo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, que escreve minha história e faz com que meus objetivos sejam alcançados de formas melhores do que um dia eu possa imaginar. Ele que me deu força e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho e nos três anos e meio que já se passaram. Agradeço a Deus, pela minha vida, pelos dons que me foram concedidos e por me permitir superar todos os obstáculos ao decorrer deste processo. Os meus planos são Teus, Senhor.

Gostaria, também, de agradecer e dedicar este trabalho aos meus pais - Humberto e Cássia, que mesmo sem entender o que eu faço ou o porquê do meu amor tão forte pela minha área, sempre me apoiaram e foram minha base, principalmente nos meus dias mais difíceis, e que sacrificaram muito do deles para que eu pudesse conquistar o meu. Aos meus irmãos - Vitor e João Pedro, que são minha maior aliança nessa vida e a inspiração de pessoa. Aos meus sobrinhos e afilhados - Vinícius e Caio, que são minha motivação mais latente e os amores da minha vida. Não poderia deixar de fazer menção aos meus primos e primas, tios e tias e avó, que torcem e comemoram por cada pequena vitória junto comigo. Espero dar muito orgulho a todos vocês no caminhar desta jornada que está apenas começando.

Professora Fernanda, obrigada por ser minha orientadora e cumprir esse papel com dedicação e paciência. Por ter me aguentado chorando, recebido com paciência todas as minhas mensagens e e-mails – que não foram poucas, por ter ouvido todas as minhas preocupações e por ter sido uma base fundamental para a conclusão desta dissertação. Ao restante dos professores e à coordenação, não consigo mensurar tamanha gratidão por cada ensinamento profissional e pessoal ao longo do curso. Serei eternamente grata por todos os seus conselhos, ajuda e parceria ao guiar meus estudos. Cresço cada dia que estou na presença de vocês.

Agradeço aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado pela amizade incondicional e pelo apoio no dia a dia ao longo deste trabalho e curso. Em especial, Raquel Gouvêa, William Holanda e Lorranny Pereira, que foram meus parceiros em todos os momentos deste processo e me deram forças quando eu já não tinha mais nenhuma. Muito obrigada! Aos meus colegas de turma, agradeço pela parceria que construímos durante os anos e pelas trocas que tivemos. Foi enriquecedor conviver com cada um de vocês.

Não poderia deixar de agradecer todas as mulheres diplomatas que de alguma forma contribuíram para que hoje esta dissertação estivesse pronta, seja por meio de literatura, relatos ou documentários. Reservo a elas o seu direito ao anonimato, mas agradeço especialmente as

que confiaram a mim suas histórias, suas dores, suas felicidades e que inspiraram esse trabalho de forma tão genuína. De forma ainda mais especial gostaria de agradecer as mulheres diplomatas que foram minhas supervisoras nos meus diversos campos de atuação, por me guiarem, ajudarem e serem exemplos a serem seguidos.

Espero que não me interpretem errado, mas gostaria de agradecer a mim, por ter tido coragem de escutar a minha intuição e seguido o meu sonho, mesmo com algumas pessoas duvidando ou torcendo contra. Hoje sou muito grata e orgulhosa da trajetória e carreira que estou construindo a cada dia e tudo isso foi porque nunca acreditei que a política era demais para mim, ou que relações internacionais era um só para quem tem família na área, ou que a diplomacia cabia apenas para homens. Assumi os riscos deste sonho e cada dia me aproximo mais do meu maior sonho: ser uma dessas mulheres que compartilha sobre sua trajetória de sucesso na diplomacia. Por certo, com muita dedicação e coragem chegarei lá.

Por fim, quero agradecer a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho. A todos os envolvidos - direta ou indiretamente - na formulação desta dissertação, enriquecendo meu processo de aprendizagem. Muito obrigada!

“Definir alguém como homem ou mulher, (...), pois, necessariamente, nomeá-lo segundo as marcas distintas de uma cultura - com todas as consequências que esse gesto acarreta: atribuição de direitos ou deveres, privilégios ou desvantagens”

- Guacira Lopes Louro

Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer (2004)

“To become smarter in the feminist sense of smarter, will not make us more comfortable. We are likely to start wondering about our own complicity in the makings of this world’s dysfunctions, its inequalities, its abuses and injustices. [...] That should stoke the fires of our feminist curiosity, but it should also make us uneasy.”

- Cynthia Enloe

Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics (2014)

RESUMO

Assim como os diversos campos da esfera pública, o estabelecimento do campo diplomático brasileiro, ao longo da história, dirigiu-se diretamente aos homens e suas vontades e peculiaridades, o que acabou deixando a mulher sob uma visão de subordinação ou implícita ao meio doméstico. Como resultado, a mulher e suas singularidades possuíam dificuldades para ingressar neste meio para os mesmos cargos, e mais ainda em desenvolver uma carreira e mantê-la. Este trabalho de conclusão de curso possui como objetivo geral apontar e exemplificar como as funções exercidas pelas mulheres no cenário diplomático brasileiro se desenvolveram, tanto de maneira direta como indireta, ao longo dos anos, e como diferem das exercidas pelos homens, com embasamento na teoria feminista, apresenta-se um resumo histórico das principais mulheres na história do Itamaraty e uma análise sobre a discrepância atual entre a presença feminina e masculina dentro do campo diplomático brasileiro. O que se espera é fomentar o debate e a discussão sobre a situação e os papéis desempenhados pelas mulheres no campo diplomático, apresentando argumentos históricos e quantitativos.

Palavras-chave: diplomacia; gênero; feminismo; Itamaraty; mulheres.

ABSTRACT

Like the various fields of the public sphere, the establishment of the Brazilian diplomatic field, throughout history, was directly addressed to men and their wills and peculiarities, which ended up leaving women under a view of subordination or implicit to the domestic environment. As a result, women and their singularities found it difficult to enter this field for the same positions, and even more to develop a career and maintain it. This Undergraduate thesis has the general objective of pointing out and exemplifying how the functions performed by women in the Brazilian diplomatic scenario have developed, both directly and indirectly, over the years, and how they differ from those performed by men, based on the feminist theory, we present a historical summary of the main women in the history of Itamaraty and an analysis of the current discrepancy between the female and male presence within the Brazilian diplomatic field. What is expected is to encourage debate and discussion about the situation and roles played by women in the diplomatic field, presenting historical and quantitative arguments.

Keywords: diplomacy; gender; feminism; Itamaraty; women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. GÊNERO E DIPLOMACIA	13
1.1 Teoria de gênero aplicada a diplomacia brasileira	13
1.2 O conceito de mulher e a implicação deste na carreira diplomática	18
1.3 A diplomacia como sendo uma arte essencialmente feminina	20
2. A DIPLOMACIA BRASILEIRA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	22
2.1 A Consolidação da Diplomacia Moderna no Brasil a partir do século XIX	22
2.2 A Participação das Mulheres no Desenvolvimento da Diplomacia Brasileira	26
2.2.1 1918: <i>Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos</i>	26
2.2.2 <i>Pós Maria José a 1954</i>	27
2.2.3 1955 a 1990	30
2.2.4 1990 a 2000	32
3. UMA ANÁLISE ACERCA DA PRESENÇA DE MULHERES NA DIPLOMACIA BRASILEIRA	34
3.1 As Dificuldades Enfrentadas pelas Mulheres Diplomatas na Progressão da Carreira	34
3.2 Política Externa Brasileira e Gênero	35
3.3 A Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro e a Desigualdade de Gênero Presente em 2022 - Uma Análise em Números;	36
3.3.1 <i>Composição</i>	37
3.3.2 <i>Ingresso</i>	38
3.3.3 <i>Curso de Altos Estudos (CAE)</i>	39
3.3.4 <i>Promoção</i>	39
3.3.5 <i>Chefia de Postos</i>	41
3.3.6 <i>Aposentadoria</i>	41
3.4 A Necessidade do Feminismo Dentro da Diplomacia e das Relações Internacionais	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, questões relativas a gênero têm sido o foco de diversos debates ao redor do mundo, o que não se faz diferente no meio diplomático brasileiro. Atualmente, o número de mulheres que são aprovadas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática tem estagnado, ou seja, o número mantém-se na mesma média há algum tempo. esse problema persiste ao longo da trajetória de carreira do ministério, pois são os homens que ocupam a maioria dos cargos nos níveis mais altos.

Por certo, a participação da mulher em questões políticas se faz importante por diversos motivos, mas prioritariamente, pela visão e vivências que as mesmas conseguem trazer para essa esfera, a qual se difere do gênero masculino. Inegavelmente, a diplomacia afeta diretamente a política externa brasileira, desta forma afetando todos os cidadãos brasileiros, ou seja, a discussão de gênero no Itamaraty faz parte da discussão contemporânea mais ampla de inclusão social, que envolve a restrição de oportunidades nas esferas políticas, civis e econômicas por condições como cor da pele, origem socioeconômica, origem geográfica, idade, orientação sexual, etc.

Deve-se entender a diplomacia como um sistema, que se desenvolve e que pode ser mudado, mas que mantém firmemente suas tradições, ou seja, essas mudanças não vêm fácil. Visto isso, faz-se importante notar que por muitos anos esse sistema dificultou a entrada de mulheres na carreira e as que conseguiam tinham ainda mais dificuldade para mantê-la. Entretanto, em certo momento o Estado se comprometeu com os direitos da mulher, sendo nacional - as normas legais de igualdade da Constituição de 1988 e o apoio a iniciativas - ou internacionalmente - signatário de diversos instrumentos internacionais. Levando isso em consideração, faz-se importante pesquisar e analisar se esses compromissos estão sendo respeitados e efetivados.

Embora grande parte do trabalho a ser produzido seja baseado no conhecimento gerado pelas teorias e pesquisas feministas, o conteúdo do mesmo não é um produto áspero ou de confronto. Espera-se investigar a participação das mulheres em um aspecto da carreira nacional do Brasil, particularmente a forma como a dinâmica da diplomacia profissional é combinada com mudanças sociais e políticas nacionais e internacionais acerca da participação das mulheres.

Evidentemente, o trabalho se dá em torno do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, localizado em Brasília e também conhecido como Palácio Itamaraty, mais precisamente, acerca de uma das possíveis carreiras deste ministério: a diplomática; e tudo que a diz respeito

- da aprovação no concurso à ascensão na mesma. Conclui-se que o que se espera é fomentar o debate e a discussão sobre a situação da mulher no campo diplomático gerando uma análise, juntamente com uma argumentação histórica e quantitativa.

Assim como os diversos campos da esfera pública, o estabelecimento do campo diplomático brasileiro, ao longo da história, dirigiu-se diretamente aos homens e suas vontades e peculiaridades, o que acabou deixando a mulher sob uma visão de subordinação ou implícita ao meio doméstico. Como resultado, a mulher e suas singularidades possuíam dificuldades para ingressar neste meio para os mesmos cargos, e mais ainda em desenvolver uma carreira e mantê-la. Entretanto, nos dias atuais as mulheres não possuem empecilhos legais ou formais. Mesmo que a carreira diplomática ainda apresente diversas complicações para as mesmas, que não são encontradas em trajetórias masculinas, as mulheres já percorreram um caminho de grandes conquistas.

Acerca da metodologia e quanto à tipificação, a natureza da pesquisa será básica, uma vez que objetiva gerar novos debates sobre a participação das mulheres na diplomacia brasileira, analisando os aspectos teóricos e factuais (documentos). Sobre a forma de abordagem do problema, teremos uma pesquisa qualitativa se valendo também de dados estatísticos colhidos em pesquisas feitas no órgão, que descreve numericamente, a hipótese de que a mulher e suas singularidades possuíam dificuldades para ingressar no meio diplomático e como esse fato ainda hoje atrapalha a sua chegada em posições de poder.

Quanto ao tipo, a pesquisa se deu de forma exploratória, de maneira a haver levantamento de documentos históricos, documentários e artigos teóricos; é também descritiva, pois as características das mulheres que cercam o meio diplomático é um dos pontos principais da pesquisa; além de ser explicativa, uma vez que tenta explicar o porquê das mulheres ainda ocupam tão pouco espaço de poder e decisão dentro da diplomacia brasileira, sob o olhar da teoria de gênero.

Quanto aos procedimentos técnicos, tendo em vista que para analisar a questão do desenvolvimento do papel das mulheres na diplomacia é necessário embasamento teórico e histórico, a pesquisa foi bibliográfica, pois será desenvolvida com base em material já publicado - artigos e livros, e documental, com análise de materiais e documentos históricos acerca das mulheres pela história do Itamaraty - notícias e jornais. Os dados foram coletados por meio de pesquisa em sites, bibliotecas e acervos públicos. O marco teórico utilizado foi a teoria feminista.

O local da pesquisa é o Instituto Rio Branco e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, localizado em Brasília e também conhecido como Palácio Itamaraty, mais precisamente,

a carreira diplomática; e tudo que a diz respeito - da aprovação no concurso à ascensão na mesma, é onde ocorre todo o debate da pesquisa. O recorte temporal se encontra entre o início da Primeira República (constituição da diplomacia moderna) e o último concurso realizado até o momento da publicação da pesquisa (1/2022).

O objeto de estudo são as diplomatas brasileiras, mais especificamente como as funções exercidas por essas mulheres em cenários diplomáticos se desenvolveram, tanto de maneira direta como indireta, ao longo dos anos, e como diferem das exercidas pelos homens, além de como isso afeta a política externa brasileira. A delimitação do universo da amostra ocorreu desta forma, pois nos últimos anos, questões relativas a gênero têm sido o enfoque de diversas agendas ao redor do mundo, o que não se faz diferente no meio diplomático brasileiro. Inegavelmente, a diplomacia afeta diretamente a política externa brasileira, desta forma afetando todos os cidadãos brasileiros, e atualmente, o número de mulheres que são aprovadas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática tem estagnado, ou seja, o número mantém-se na mesma média há algum tempo. Logo, faz-se essencial estudar e entender esse fenômeno e o que levou ao mesmo.

No primeiro capítulo serão apresentados os conceitos teóricos - sexo, gênero, masculinidade, feminilidade, dominação, etc - que serão a base para interpretar os dois capítulos seguintes. Também será feita uma introdução ao meio diplomático, apresentando o que seria o papel da mulher em tal e o que ele requer tanto de ambos. Há também uma apresentação inicial da problemática, destacando o número reduzido de mulheres no Itamaraty e algumas teorias que explicam este fenômeno. Por conseguinte, o conceito de mulher é decomposto para que se possa entender de que forma esta condição causa uma implicação dentro da carreira diplomática e como esta difere dos homens. Por fim, reflete-se sobre a diplomacia como sendo uma arte essencialmente feminina e que teoricamente as deveria favorecer por ter características similares. Este subcapítulo examina como a atribuição de feminilidade e/ou masculinidade afeta os indivíduos dentro deste cenário.

O segundo capítulo possui uma abordagem histórica e tem como objetivo apresentar como se deu a Consolidação da Diplomacia Moderna no Brasil e como esta influencia nas relações de gênero vigentes no Itamaraty de hoje. Ademais, ressalta - em ordem cronológica - a participação das mulheres na história do Ministério das Relações Exteriores, desde a entrada da primeira mulher diplomata e servidora pública brasileira, em 1918 até os anos 2000, citando as principais figuras de cada período. Este capítulo também narra as diversas barreiras legais e imateriais (sociais) que estas mulheres sofreram para conquistar o espaço, que hoje é garantido por lei, e os avanços sociais na discussão de gênero no cenário internacional.

No terceiro e último capítulo demonstro a partir de uma análise, as conquistas das mulheres diplomatas e os obstáculos que as impedem de aumentá-las, argumentando sobre os movimentos mundiais sobre igualdade de gênero e empoderamento feminino e salientado que o Itamaraty é uma instituição tradicionalista e que essas mudanças levam tempo, mas que ainda sim precisam ocorrer. Visto isto, e como o Ministério das Relações Exteriores lidera a Política Externa Brasileira, a falta de mulheres neste espaço fez com que fosse necessária a discussão de como gênero afeta a Política Externa Brasileira. Uma análise quantitativa também se fez presente, onde foram examinados os números percentuais no ingresso, no curso de Altos Estudos, nas promoções, chefia de postos e aposentadorias para explicitar a discrepância dos números de cada gênero. Por último, é apresentada a necessidade da presença do feminismo e de sua perspectiva, diferenciada das outras teorias, para a diplomacia e para o campo das Relações Internacionais e para o debate de ambas as áreas.

1. GÊNERO E DIPLOMACIA

1.1 Teoria de gênero aplicada a diplomacia brasileira

Alguns conceitos¹ essenciais para um bom entendimento da dissertação a seguir precisam ser delimitados. “Sexo” deve ser entendido como uma determinação genotípica e biológica, e “gênero” como uma identificação individual, ligada a sociedade e à cultura, os valores, estereótipos e papéis esperados de homens e mulheres, tais como masculinidade e feminilidade.

Dentro das Teorias das Relações Internacionais, as questões de gênero não se fazem como uma das agendas mais importantes (*high politics*). Na realidade, é muito pelo contrário. De acordo com Fritzsche², dentro das temáticas mais influentes publicações da área não encontramos nenhuma menção sobre gênero, e quando algo é mencionado sobre o 'homem', normalmente é um equivalente para a humanidade, ainda indica que, quando se trata de guerra e poder, as experiências dos homens são erroneamente assumidas como sendo as da humanidade. Partindo do pressuposto de que o único ponto de vista permitido é o do ser masculino, pode-se afirmar que as Relações Internacionais foram moldadas apenas a partir de experiências masculinas e por isto pouco se percebe feminilidade.

Assim como Medeiros³, deve-se - neste primeiro momento - perceber a diplomacia como uma estrutura social, com normas, condições e especificações constituídas a partir de condições culturais, sociais e econômicas. Devido a este espelhamento, o ordenamento diplomático se apresenta de forma conservadora, baseando-se principalmente em estruturas militares, com uma hierarquia muito presente e papéis muito bem definidos. Outro ponto de semelhança entre as comunidades militares e diplomáticas é que elas são extremamente restritas e fechadas aos indivíduos aos que são pertencentes a tais, tendo grande facilidade e costume de manter tradições.

¹ GÊNERO e sexo: definições necessárias. In: BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata**: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/861-Diplomata_Substantivo_comum_de_dois_generos.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021. cap. 1, p. 25-32.

² FRITZSCHE, Nora. The construction of masculinity in international relations. **The Interdisciplinary Journal of International Studies**, v. 7, p. 41-54, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5278/ojs.ijis.v7i0.157>. Disponível em: <https://journals.aau.dk/index.php/ijis/article/view/157>. Acesso em: 25 ago. 2021. p. 44.

³ MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. **Feminizando a diplomacia**: um estudo das narrativas de mulheres diplomatas. 2017. 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 17-18.

De forma a começar a transversalizar os conceitos de diplomacia e gênero, deve-se perceber que gênero era compreendido e praticado na diplomacia nas últimas centenas de séculos, muitas vezes nas funções não oficiais, como as das esposas encarregadas de recepções e jantares⁴, não como diplomata na figura profissional. Fazer sentido feminista da política internacional requer olhar com curiosidade genuína sobre os mais diversos estilos de vidas das mulheres⁵. Fazer uma investigação de gênero alimentada por esta curiosidade feminista requer perguntar não apenas sobre os significados de masculinidade e feminilidade, mas também sobre como esses significados determinam onde as mulheres estão e o que elas pensam sobre estar lá. Conduzir uma análise de gênero feminista requer investigar o conceito de poder⁶.

Por muitas vezes, por meio do senso comum sobre o tradicional, os papéis das mulheres nos assuntos internacionais, se dão como se cada uma delas existisse fora dos domínios onde o poder é exercido, como se estivessem além do alcance das decisões e esforços para fazer cumprir essas decisões⁷. Uma vez que os moldes a serem seguidos são forjados a partir do exercício do poder de pessoas que acreditam que seus próprios interesses locais e internacionais dependem de mulheres e meninas internalizando essas expectativas feminizadas específicas⁸. Essas imposições, caso sejam internacionalizadas, podem esconder a política por trás de tais, o que faz com que essas mulheres aceitem as operações camufladas do poder como se não houvesse poder algum em ação.

Partindo do pressuposto de que a carreira diplomática requer características específicas daqueles interessados em segui-la, pode-se afirmar que, a responsabilidade em conduzir as relações estatais exige que diplomatas sejam bem treinados nas mesmas⁹. Há um sentimento dentro do Instituto Rio Branco de que, além da preparação acadêmica, os diplomatas devem ter capacidade de persuasão e negociação, comportamento elegante e aristocrático e gosto por festas e coquetéis¹⁰.

⁴ TOWNS, A. E. “Diplomacy is a feminine art”: Feminised figurations of the diplomat. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 46, n. 5, p. 573–593, 2020. DOI: 10.1017/S0260210520000315. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=147141612&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 26 ago. 2021. p. 4.

⁵ ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. University of California Press, 2014. p. 3.

⁶ *Ibidem*. p. 8.

⁷ *Ibidem*. p. 11.

⁸ *Ibidem*. p. 11.

⁹ MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. **Feminizando a diplomacia**: um estudo das narrativas de mulheres diplomatas. 2017. 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 18.

¹⁰ *Ibidem*. p. 19.

Visto isto, o papel da mulher na diplomacia se configura como esposa e secretária dentro de uma relação instrumental e ornamental. Mesmo que ainda possuam as características consideradas necessárias, eram colocadas na função de organização de festas, jantares e compromissos em geral, o que as restringia ao papel tradicional da mulher como facilitadora dos interesses e privilégios masculinos¹¹. A sociedade brasileira tem uma grande tendência a naturalizar os papéis sociais atribuídos às mulheres, e atribuí-los às chamadas fraquezas ou defeitos inatos. Tais fatores nada têm a ver com a defesa do espírito da ciência. A masculinização é uma das estratégias para lidar com uma das formas mais comuns de discriminação de gênero no local de trabalho¹². A casa é considerada o domínio da esposa. Desta forma, os deveres domésticos das esposas do serviço estrangeiro incluem a criação de uma atmosfera em que homens de diferentes estados possam se conhecer “de homem para homem”, a fim de realizar suas tarefas políticas¹³.

Além das características específicas, a carreira diplomática também espera um certo nível de dedicação e sacrifícios pessoais dos seus servidores, o que obviamente gera um impacto na sua vida pessoal e círculo familiar. Nesta perspectiva, as questões de gênero criam mais uma vertente de desigualdade, uma vez que as expectativas sociais para cada um dos sexos são diferentes e no âmbito do trabalho talvez sejam as mesmas. Medeiros¹⁴ afirma que há a possibilidade de uma organização definir um regime de gênero como um em que práticas, processos, ações e significados inter-relacionais criam e mantêm desigualdades.

Enloe¹⁵ exemplifica a afirmação acima, dizendo que uma mulher pode sonhar em se tornar uma especialista em política externa no corpo diplomático de seu país, mas que isso pode causar um bloqueio para com a ideia de ser capaz de manter um relacionamento com um parceiro enquanto persegue essa ambição, pois pode não acreditar que seu parceiro estará disposto a lidar tanto com as demandas sociais da diplomacia quanto com as pressões que vocês vão suportar juntos vivendo em um aquário da mídia proverbial.

¹¹ MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. **Feminizando a diplomacia**: um estudo das narrativas de mulheres diplomatas. 2017. 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 20.

¹² BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata**: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/861-Diplomata._Substantivo_comum_de_dois_generos.pdf . Acesso em: 20 ago. 2021. p. 46.

¹³ ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. University of California Press, 2014. p. 185

¹⁴ MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. **Feminizando a diplomacia**: um estudo das narrativas de mulheres diplomatas. 2017. 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 19.

¹⁵ ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. University of California Press, 2014. p. 2.

Esse fenômeno acontece, pois para mulheres a manutenção dessas relações é dificultada por preconceitos de gênero. Nesse caso, a masculinidade idealizada da diplomacia torna inapropriada a presença da mulher, causando desconforto à sua socialização no meio. Em segundo lugar, ressalta a necessidade de trabalho contínuo, com longas jornadas presenciais, dificultando a ascensão das mulheres, pois em muitos casos a responsabilidade pelo cuidado dos filhos recai sobre elas. Esses aspectos refletem a construção de papéis de gênero pré-definidos na diplomacia¹⁶. Quando as diplomatas procuram equilibrar a vida familiar e a carreira, os problemas que enfrentam são semelhantes aos enfrentados pelas mulheres em todas as profissões e estão relacionados a características específicas da profissão, como a necessidade de viagens e mudanças constantes¹⁷. A história política do casamento desempenha um papel decisivo na abertura ou fechamento de portas para as mulheres na diplomacia. Enquanto as mulheres forem vistas em primeiro lugar como esposas, as barreiras sexistas permanecerão altas e a normalização da diplomacia masculinizada permanece enraizada¹⁸.

As problemáticas principais relatadas pelas diplomatas, segundo Medeiros¹⁹, são falta de reconhecimento por parte de colegas e terceiros como diplomatas de fato; o equilíbrio entre a vida familiar e a carreira; e dificuldades enfrentadas no dia a dia em seu ambiente de trabalho. Essas dificuldades são comuns a todas as diplomatas e indicam a masculinidade da diplomacia como construção social. Embora esses papéis tenham mudado nas últimas décadas, as mulheres diplomatas ainda enfrentam grandes problemas e barreiras estruturais para a participação no campo.

Acerca da sub-representação social das mulheres, no quesito política, é apenas uma das dimensões da situação de desvantagem comparativa da mulher em relação ao homem e apesar disso, as atribuições das mulheres estão em constante aumento, ou seja, com duplas ou até triplas jornadas de trabalho (âmbito doméstico)²⁰. Essa sub-representação se deu, em grande parte, devido ao fato de que as mulheres foram proibidas de ocupar posições diplomáticas oficiais em praticamente todos os estados até meados do século XX. Além disso, as proibições

¹⁶ MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. **Feminizando a diplomacia**: um estudo das narrativas de mulheres diplomatas. 2017. 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 20.

¹⁷ *Ibidem*. p. 71.

¹⁸ ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. University of California Press, 2014. p. 178.

¹⁹ MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. **Feminizando a diplomacia**: um estudo das narrativas de mulheres diplomatas. 2017. 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 71.

²⁰ A representação social das mulheres. *In*: BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata**: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/861-Diplomata._Substantivo_comum_de_dois_generos.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021. cap. 2, p. 33-54.

de casamento para diplomatas mulheres foram frequentemente colocadas em seu lugar, forçando as mulheres a escolher entre a carreira diplomática e o casamento até a década de 1970, enquanto se esperava que os diplomatas do sexo masculino se casassem heterossexuais²¹.

Acerca da falta de mulheres na diplomacia, podemos perceber um reflexo de um fenômeno social, onde muitas pessoas, e especialmente as mulheres, são ensinadas que a política internacional é muito complexa, muito remota e muito difícil para a chamada mente feminina compreender. Se uma Hillary Clinton, Angela Merkel [...] entrarem, é presumivelmente porque ela aprendeu a “pensar como um homem”²².

Fazendo uma melhor análise sobre a baixa representação feminina na carreira diplomática brasileira, iniciando pelo Concurso de Admissão à Carreira Diplomática - único meio de entrar na carreira - que mudou completamente desde sua implementação até os dias atuais. Em, 1918, a primeira mulher a adentrar na Secretaria de Estado, não somente passou como ficou em primeiro lugar, entretanto, sua inscrição só foi aceita com a intervenção de Rui Barbosa. 20 anos deste marco e apenas dezoito mulheres entraram para o Ministério das Relações Exteriores. Depois disso, as carreiras de Cônsul e Diplomática se uniram e das mulheres foi retirada a possibilidade de entrar. Apenas em 1953, uma mulher foi aprovada novamente²³.

Segundo Viviane Balbino²⁴, há número reduzido de mulheres na carreira diplomática brasileira, pois não há incentivo à entrada na carreira, além de que a perspectiva de ascensão profissional é pouca. Do ponto de vista das já diplomatas, a rede de mulheres não foi construída para apoiar candidatas e pressionar por direitos iguais. Em uma atmosfera de competição entre um pequeno número de mulheres, a sub-representação cria um ciclo autorreplicante que não é propício à promoção, o que, por sua vez, não torna as mulheres mais interessadas em carreiras e, portanto, leva à sub-representação das mulheres. Além disso, disse que o menor número de candidatos se deve ao perfil masculino associado a diplomatas e carreiras. Sem grandes modelos femininos na carreira diplomática do Brasil, as potenciais candidatas nem viam nisso uma

²¹ TOWNS, A. E. “Diplomacy is a feminine art”: Feminised figurations of the diplomat. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 46, n. 5, p. 573–593, 2020. DOI: 10.1017/S0260210520000315. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=147141612&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 26 ago. 2021. p. 2.

²² ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. University of California Press, 2014. p. 351.

²³ A baixa representação feminina na carreira diplomática brasileira – uma proposta de análise. In: BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata**: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/861-Diplomata._Substantivo_comum_de_dois_generos.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021. cap. 3. p. 55-70.

²⁴ *Ibidem*. p. 66-67.

possibilidade de inserção profissional. Isso também se deve a ocupações que exigem que as pessoas estejam dispostas a desistir de seu casamento e de sua imagem de mãe/pai. Conclui dizendo que a decisão de constituir família ainda cria mais conflitos internos para as mulheres do que para os homens.

1.2 O conceito de mulher e a implicação deste na carreira diplomática

Um conceito importante de se explorar para entender como a condição de ser mulher implica na carreira diplomática, é o conceito de dominação. Bourdieu afirma que a divisão entre sexos parece estar na ordem das coisas, sendo está normal, natural e inevitável, além de ser a concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas de conhecer. O autor ainda argumenta que o poder da ordem masculina é evidente no fato de que ela não precisa de justificativa: uma visão centrada no homem se impõe como neutra e não precisa ser articulada em discursos destinados a legitimá-la²⁵.

A diferenciação entre sexos, ainda para Bourdieu²⁶, tem base na realidade biológica, constrói as diferenças entre os sexos para se conformar aos princípios de uma visão de mundo mítica, enraizada em relações arbitrárias em que os machos dominam as fêmeas, seja na divisão do trabalho ou na ordem da realidade. Assim, as diferenças biológicas entre os sexos, especialmente as diferenças anatômicas entre os órgãos sexuais, podem ser vistas como diferenças de gênero socialmente construídas, especialmente como uma razão natural para a divisão social do trabalho.

As marcas de gênero e sexo no contexto cultural estão em constante mudança e são temporárias e, sem dúvida, envolvem relações de poder. A divisão masculino/feminino é geralmente entendida como original, primitiva ou essencial e quase sempre está relacionada ao corpo. O corpo é a base, a causa e a razão da diferença. Quer se trate de homens ou mulheres em uma determinada sociedade, todos eles sugerem mudar seus relacionamentos, mudando assim a forma como exercem o poder²⁷. Desta maneira, podemos dizer que o sexo é socialmente constituído não nega a materialidade dos corpos, mas sim evidencia a complexidade de tais. Complementarmente, gênero é um processo de geração, estruturação e hierárquica de ordenação subjetividades e identidades - mas também de práticas, traços e objetos - baseado na

²⁵ BOURDIEU, Pierre. "A dominação masculina." [S. l.]: [S. n.], 2012. p. 24-25.

²⁶ *Ibidem.* p. 24-25.

²⁷ LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. In: LOURO, Guacira Lopes. **Marcas do corpo, marcos do poder.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 75-90, 2008. p. 76.

contínua criação e reprodução da diferença de maneiras particulares na fala, no texto e/ou na prática²⁸.

As ideias e práticas de feminilidade e masculinidade, combinadas com tentativas de controlar as mulheres, são centrais para essa construção do mundo, e logo da diplomacia. Os formuladores de políticas tendem a achar mais “masculino” pensar em si mesmos negociando armas e dinheiro, em vez de noções de feminilidade, casamento e sexualidade²⁹. Assim, os princípios considerados opostos, da masculinidade e da feminilidade se inscrevem no modo permanente de usar o corpo ou manter a postura, que é como uma realização ética, ou melhor, uma naturalização ética. Assim como a moralidade da honra masculina pode ser resumida em uma palavra, a obediência feminina parece existir na tradição natural de se curvar, ceder. Como se a feminilidade fosse medida pela arte de "fazer-se pequena", mantendo as mulheres fechadas, em uma espécie de cerco invisível, que limita território ao movimento e deslocamento de seus corpos - quantos homens ocupam mais com seus corpos³⁰.

As expectativas acerca da minoria de mulheres que ocupam cargos políticos internacionais têm mais a ver com masculinidade do que com feminilidade. A masculinidade construída é uma hiper-masculinidade em comparação com as mulheres políticas e a maioria dos próprios homens não podem alcançar essa masculinidade se forem colocados no mesmo grau que as mulheres em suas posições, ou seja, inatingível. Isto está associado ao conceito de masculinidade hegemônica e traços de autoridade, domínio, força física e resistência³¹.

Entre suas muitas consequências, absorver a ideia de que vivemos em um mundo perigoso serve para reforçar a primazia de uma forma particular de masculinidade, enquanto subordinada à maior parte da feminilidade e da própria feminilidade. Homens que vivem em um mundo perigoso são frequentemente considerados protetores naturais. As mulheres que vivem em um mundo perigoso devem ser as que precisam de proteção. Compreender o funcionamento internacional da masculinidade é importante para dar sentido ao feminismo político internacional. A percepção dos homens sobre sua própria masculinidade decorre de sua

²⁸ TOWNS, A. E. “Diplomacy is a feminine art”: Feminised figurations of the diplomat. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 46, n. 5, p. 573–593, 2020. DOI: 10.1017/S0260210520000315. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=147141612&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 26 ago. 2021. p. 6.

²⁹ ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. University of California Press, 2014. p. 35.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. "A dominação masculina." [S. l.]: [S. n.], 2012. p. 13-32.

³¹ FRITZSCHE, Nora. The construction of masculinity in international relations. **The Interdisciplinary Journal of International Studies**, v. 7, p. 41-54, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5278/ojs.ijis.v7i0.157>. Disponível em: <https://journals.aau.dk/index.php/ijis/article/view/157>. Acesso em: 25 abr. 2021. p. 44.

percepção da masculinidade de outros homens e da feminilidade de mulheres de diferentes raças e classes sociais³².

As mulheres são frequentemente retratadas como objetos, ou mesmo vítimas, do sistema político internacional quando abordagens compartilhadas sobre a necessidade das mulheres de aprender mais sobre assuntos externos são articuladas por ativistas não curiosos sobre gênero (mulheres ou homens). Nessa visão de mundo, as mulheres são sempre afetadas. Elas foram vítimas do desastre da fábrica de roupas; alvos de agressão sexual durante a guerra; elas foram traficadas, mal pagas e objetificadas. Em comparação, as mulheres poucas vezes são vistas como intérpretes ou forjadoras de novas realidades mundiais e mais raramente ainda, aparecem como pensadoras ou vetores cruciais da política internacional³³.

1.3 A diplomacia como sendo uma arte essencialmente feminina

Assim como os militares, a diplomacia tem uma história de dominação masculina. Raramente as mulheres desempenhavam papéis importantes como negociadoras e comunicadoras internacionais no início. Logo, a diplomacia foi codificada como profissão masculina no início do século XIX. Entretanto, a diplomacia, em diversos aspectos, externaliza características e práticas supostamente "femininas". Se desconsiderarmos o trabalho de esposas diplomáticas, esposas que desempenham funções feminizadas, que - embora invisíveis - são absolutamente centrais para a diplomacia, num senso comum os homens são vistos como os detentores das habilidades e os recursos de que o governo precisa para que seu status internacional seja aprimorado³⁴.

Towns diz que, “a atribuição de feminilidade e/ou masculinidade a atores, objetos ou outros fenômenos é uma segunda dimensão central do gênero. Enquanto qualquer cultura permanecer patriarcal, então, a feminização pode ser usada como um instrumento de intimidação”. A partir dessa afirmação, pode-se perceber que em diferentes contextos, a feminilidade pode ser usada para validar ou enaltecer atores, práticas ou instituições. No discurso militar, o que é classificado como características "femininas" - por exemplo, designado como fraqueza física, relutância em usar violência, emotividade ou querer ser objeto da sexualidade masculina - tem sido central para a hierarquia da masculinidade. Assim,

³² ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. University of California Press, 2014. p. 30. p. 357.

³³ *Ibidem*. p. 33-34.

³⁴ TOWNS, A. E. “Diplomacy is a feminine art”: Feminised figurations of the diplomat. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 46, n. 5, p. 573–593, 2020. DOI: 10.1017/S0260210520000315. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=147141612&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 26 ago. 2021. p. 1. p. 5.

feminização significa feminilidade e menos masculinidade ao mesmo tempo. Uma vez que a diplomacia e a feminilidade são apresentadas como paz e como substitutas da força, o envolvimento em interações diplomáticas pode ser facilmente descrito como um substituto "feminino" para a busca "masculina" de "hard power"³⁵.

As mulheres também são regularmente retratadas como ouvintes mais atentas e mais empáticas, de forma a tentar mais arduamente entender o ponto de vista do outro e supostamente engajadas em conversas menos competitivas. Manifestações desse "feminino" e sua associação com as mulheres também surgiram nas discussões diplomáticas. Isso às vezes rebaixa brevemente a masculinidade e os homens diplomatas. Entretanto, ao tornar certas características das mulheres “naturais” e associá-las à diplomacia efetiva, algumas mulheres constroem argumentos sobre o desejo de mais mulheres na diplomacia, que depende muito da imagem da mulher diplomata. Isso pode ser entendido como um "discurso reverso", onde a feminização é usada para servir a novos e diferentes objetivos. As múltiplas e complexas maneiras pelas quais a feminização e a masculinidade são percebidas e praticadas na diplomacia são meios importantes para pesquisas futuras e merecem atenção acadêmica³⁶.

³⁵ TOWNS, A. E. "Diplomacy is a feminine art": Feminised figurations of the diplomat. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 46, n. 5, p. 573–593, 2020. DOI: 10.1017/S0260210520000315. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=147141612&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 26 ago. 2021. p. 7.

³⁶ *Ibidem*. p 14. p. 21.

2. A DIPLOMACIA BRASILEIRA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

2.1 A Consolidação da Diplomacia Moderna no Brasil a partir do século XIX

A fim de entender o processo de exclusão das mulheres durante grande parte da história da diplomacia brasileira, necessitamos entender o processo de sua constituição e consolidação. Para tal, da mesma forma que Cheibub³⁷, em ‘Diplomacia e Construção Institucional’, a perspectiva histórica foi dividida em três momentos: ‘Período Patrimonial’, ‘Momento Carismático’ e ‘Período Burocrático-Racional’, mas com uma pequena alteração nos recortes temporais, com a finalidade de apresentar a perspectiva de mais de um autor e melhor compreensão histórica.

No “Período Patrimonial”, não havia diferenciação do Ministério das Relações Exteriores e dos diplomatas, enquanto grupo profissional, seguindo a tradição deixada pelo Estado brasileiro do século anterior. Cheibub³⁸ destaca que a diplomacia era muito importante para os novos Estados do século XIX porque eles precisavam de apoio internacional e reconhecimento de seu processo de independência nacional, ou seja, antes mesmo do nascimento de um país independente, o jogo diplomático fosse necessário. Pelo menos até a época, a diplomacia brasileira apresentava-se de formas diferentes no cenário internacional - não se tinha uma coerência na política externa. No que diz respeito ao desenvolvimento das instituições diplomáticas durante este período, o chefe de estado ou chefe do serviço exterior, escolhia os diplomatas livremente e, na verdade, tinha o hábito de selecionar diplomatas entre os familiares mais próximos, essas posições são quase vistas como uma desculpa para os tais serem alocada pelo Estado. Em contraste do que era de se esperar, a mudança de regime da República não alterou a estrutura da diplomacia brasileira, de maneira a estar ainda, intimamente ligada ao imperialismo.

O segundo período, caracterizado pelo domínio do Barão Rio Branco, rompeu a estrutura tradicional do ministério e iniciou um período de transição e instabilidade, durante o qual prevaleceu sua liderança carismática, por conseguinte, sendo este o “Momento Carismático”³⁹. Mesmo dando continuidade a alguns traços diplomáticos do período imperial discutidos anteriormente, representa um marco simbólico fundamental na vida institucional do

³⁷ CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica.

Dados: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

³⁸ *Ibidem.* p. 114-119.

³⁹ *Ibidem.* p. 120-123.

Itamaraty, dando início ao processo de construção do Itamaraty moderno. O principal enfoque deste período foi a presença de um elemento de extraordinário charme na imagem do Barão. Ao longo da vida de Rio Branco e de toda a história do MRE, esse elemento carismático trouxe ao Itamaraty grande prestígio político. Rio Branco altera os processos administrativos do Itamaraty, centralizando toda a administração em torno de si, resultando na consolidação do Gabinete do Ministro, que se tornou o principal órgão do quadro do MRE. Em 1931, depois de muitas discussões, surge o cargo de Secretário-Geral. Em resumo, o poder do charme de Rio Branco unifica simbolicamente o MRE e ao mesmo tempo acarreta custos administrativos porque enfraquece a estrutura organizacional do Ministério.

No último recorte, foram realizadas grandes reformas administrativas gerais, com o objetivo de dotar a carreira diplomática de uma estrutura racional e burocrática, de maneira a ser caracterizado por “Período Burocrático-Racional”⁴⁰. A partir de 1930, não só o Itamaraty, mas também o Estado brasileiro começou um processo de centralização e burocratização pública, levando ao uso generalizado de concursos públicos para entrar na burocracia nacional. Até 1945, sendo este, em suma, acerca da consolidação das bases do Itamaraty moderno, exemplificado pela criação do Instituto Rio Branco e pós-1945, onde ocorre uma estabilidade institucional, sem muitas mudanças, mas com um aumento da autonomia e a ampliação do papel dos diplomatas, resultando com que a instituição se fortaleça significativamente.

Neste primeiro momento ocorre uma crise institucional, onde a necessidade de se rotinizar a expressão carismática de Rio Branco começa a aparecer. Mais adiante, a Reforma Mello Franco iniciou esse processo de fusão diminuindo o quadro burocrático da Secretaria de Estado e fundindo-o com outros dois. Também estabeleceu um sistema de rotação entre o exterior e o secretariado. A Reforma Oswaldo Aranha vai completar esse trabalho e fundir a carreira diplomática com a consular. Reforma Mello Franco também formulou uma série de regras de promoção claras para tornar a carreira mais valiosa. A última grande conquista do período de implantação da moderna base do Itamaraty foi a criação do Instituto Rio Branco. A "velha escola" com uma clara origem social é substituída por indivíduos de diferentes origens sociais, o que leva a uma maior diversidade entre os membros do MRE. O IRBr tem o monopólio da tarefa de selecionar e treinar apenas diplomatas brasileiros.

⁴⁰ CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Dados**: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985. p. 126-130.

Um dos fatores que levam o Itamaraty a ser visto como uma agência estatal totalmente elitizada e distante da arena democrática, ou seja, dos interesses e das demandas populares é o seu insulamento fator que influenciou diretamente sua perda de poder. Logo após a Segunda Guerra, o Itamaraty se tornou progressivamente insulado, monopolizando os assuntos internacionais e obtendo prestígio doméstico e exterior. Esse posto privilegiado está ligado à sua característica insular, ao longo dos anos a política brasileira tradicionalmente nomeava os ministérios em um certo grau de abertura política, entretanto o Itamaraty gozava minimamente dessa abertura, fato que leva a entender o porquê da carreira diplomática no Brasil ser fortemente estruturada e profissional, evidenciando que os ministros das Relações Exteriores que ficaram mais tempo em seus cargos foram aqueles pertencentes à carreira diplomática⁴¹.

Após 1964, há um aumento na procura exercer um papel mais decisivo no cenário nacional, conferindo ao Itamaraty uma influência decisiva na formulação das posições internacionais do Brasil. De acordo com que o nível profissional dos diplomatas aumenta, os militares começam a atribuir maior legitimidade aos mesmos, conferindo-lhes um maior espaço no cenário internacional. O concurso é de grande relevância e importância. O Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília foi criado em 1974 com o objetivo de elaborar um plano e formar profissionais para que sejam instruídos para as diversas maneiras de atuar nas atividades nacionais, principalmente naquelas relacionadas à expansão internacional do Brasil, principalmente diplomatas. Os órgãos administrativos formulam e implementam políticas públicas que estão intimamente relacionadas com as possibilidades trazidas pela política externa. Ou seja, a ideia é formar profissionais que possam se posicionar com agilidade de conhecimento diante da já mencionada atualidade mundial e da moderna dinâmica nacional, sendo esses profissionais fundamentalmente afetados por acontecimentos e decisões que ultrapassam o poder das agências estaduais e nacionais⁴².

Se distanciando da visão que o Itamaraty carregava após a Segunda Guerra Mundial, os arranjos da política brasileira começaram a mudar com a redemocratização. O processo de produção da política externa aos poucos deixou de ser totalmente centralizado nas mãos do Itamaraty, começando a ser mais poroso, plural e democrático. Sendo assim começou a ser

⁴¹ DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto internacional**, v. 34, n. 1, p. 311-355, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/bcWcqfYFWWhDWwxYDbqQsdbj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021. p. 315.

⁴² *Ibidem*. p. 315.

perceptível a crescente politização da política externa do Brasil, resultado de uma maior relevância do campo internacional nos assuntos domésticos do país, levando o padrão insular do Itamaraty ser totalmente contrário a essa nova onda política que seguia a globalização do mundo. Com o fim da Guerra Fria foi necessário que o Brasil tivesse uma demanda muito maior voltada para política externa brasileira, buscando um amplo respaldo político no interior do país. Essa nova forma de política externa, que envolvia uma maior participação doméstica, assim como uma maior capilaridade social fez com que a posição insular do Itamaraty mais uma vez perdesse sua força, assim também como o posto único e privilegiado acerca dos assuntos internacionais. Sendo assim a arena brasileira começou a mudar dando maior equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo na produção da política exterior, o Congresso brasileiro começou a estar mais presente na política externa, levando também a uma maior participação presidencial nesse processo, resultando em uma “diplomacia presidencial”⁴³.

O resultado de uma série de constrangimentos vindos de diversos atores do cenário político brasileiro foi a diminuição significativa da atuação do Ministério das Relações Exteriores. Entretanto, em contraponto foi perceptível uma maior participação do Itamaraty na coordenação intragovernamental e na articulação intergovernamental, nesta o MRE por compartilhar de uma mesma fonte de autoridade busca coordenar os atores e agências do governo federal, já naquela o Itamaraty busca cooperar com os governos subnacionais pois estes possuem uma certa autonomia com entes federados, assim como com agentes societários. O Itamaraty responde de diferentes formas às inúmeras pressões de diversas origens para superar suas tradições isolantes. Como vimos, parece haver evidências de que o MRE geralmente retém sua capacidade de coordenar a política externa nacional, como alguns outros autores apontaram. Em todo caso, o fato é que, para o bem e para o mal, a política externa do país se assemelha cada vez mais às características de política pública de um país democrático, a sociedade é complexa e diversa e a conexão com a mobilidade internacional se aproxima cada vez mais ⁴⁴.

Fica clara a pouca ou nenhuma participação ou citação das mulheres nos principais livros de história e bibliografias de referência sobre o tema. Conclui-se que o Itamaraty foi fundado numa base machista que excluiu as mulheres, por um reflexo da sociedade patriarcal

⁴³ DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto internacional**, v. 34, n. 1, p. 311-355, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/bcWcqfYFWWhDWwxYDbqQsdbj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021. p. 314-315.

⁴⁴ *Ibidem*. p. 314-315.

brasileira, pelo máximo de tempo possível. Mesmo depois de sua entrada, as mulheres ainda foram excluídas e enfrentaram dificuldades como discutiremos a frente.

2.2 A Participação das Mulheres no Desenvolvimento da Diplomacia Brasileira

Início a dissertação sobre participação das mulheres na história do Itamaraty e, por conseguinte na diplomacia brasileira, com um resumo da trajetória da primeira mulher diplomata e servidora pública brasileira, Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos.

Segundo Friaça⁴⁵, a história das mulheres na carreira diplomática tem início num momento conturbado do cenário internacional e do Ministério das Relações em particular. A soberania brasileira estava sendo ameaçada e a administração interna necessitava de mudanças urgentes. A estrutura do ministério era baseada em três carreiras: diplomática, consular e de oficiais da Secretaria. Após sucessivas reformas finalmente fundiram os três ramos em um único ramo, que, a partir de 1938, recebeu o nome de Carreira Diplomática.

2.2.1 1918: Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos

A primeira servidora pública e diplomata do Brasil, foi Maria José de Castro Rebello Mendes, que nasceu em Salvador/BA, filha de uma professora com um advogado. Aprendeu línguas estrangeiras, com destaque para o alemão. Mudou-se para o Rio de Janeiro para vislumbrar melhores condições de vida para sua família, e então se questionou sobre a possibilidade legal de mulheres concorrerem a cargos públicos. Para sanar essa dúvida, recorreu a Rui Barbosa, de quem seu pai era amigo na Bahia. Rui Barbosa respondeu através do filho que não havia nada na legislação nacional que proibisse as mulheres de exercerem funções administrativas, adiantando que estava pronto a enviar-lhe os documentos do concurso, como de fato o fez⁴⁶.

No final de agosto de 1918, os principais jornais do Rio de Janeiro concentraram suas manchetes e grande parte de sua atenção na Primeira Guerra Mundial, que estava chegando ao fim. No último dia daquele mês, uma notícia inusitada chamou a atenção das pessoas. O concurso que oferecia uma vaga de terceiro oficial da Secretaria de Estado do MRE, a matéria aponta as peculiaridades desta edição: "Entre os inscritos, uma jovem foi admitida, sendo a

⁴⁵ FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios.** [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 59.

⁴⁶ *Ibidem.* p. 63-64.

primeira moça no Brasil a receber o direito de participar do concurso oficial para ocupar o cargo público de Secretária de Estado"⁴⁷.

Convocada para prestar as provas, Maria José de Castro Rebello Mendes iniciou seus exames, quando realizou o teste de português (nota 6 de 10) e a prova de francês (sem nota, mas com dois erros graves e dois erros leves). No mesmo dia, fez prova de datilógrafa, e foi aprovada com nota 8. Obteve nota máxima, 10, na prova de inglês, composta de tradução e versão. Seu exame de italiano, opcional, valeu-lhe 8 pontos. Apresentou-se para as provas de história do Brasil e história geral, seus textos foram conceituados com nota 9. Obteve 10 em geografia geral e do Brasil. No mesmo dia, foi aprovada no exame de direito com nota 7. Ela passou em álgebra e aritmética, que não tiveram notas divulgadas e terminou com a pontuação mais alta possível no exame de alemão. Todos os testes foram escritos à mão, exceto o teste de datilografia, que o ajudou a ficar em primeiro lugar no concurso⁴⁸.

De fato, Maria José de Castro Rebello Mendes foi a primeira mulher brasileira a ser aprovada no concurso público federal. Quando começou a trabalhar no Itamaraty, em 1918, o ministério teve que rapidamente transformar um espaço em banheiro feminino, pois o departamento só tinha banheiros masculinos. Friaça⁴⁹ enfatiza o fato de que ambos os sexos são tratados de forma igualitária, ao invés de assumir que as mulheres devem sacrificar seus desejos. Segundo as filhas, o Itamaraty obrigou a mãe a solicitar a aposentadoria. “Como era uma mulher que tinha em primeiro lugar a família, ela acabou fazendo”. Faleceu em 29 de outubro de 1936, no hospital da Cruz Vermelha, para onde tinha sido transferida a fim de submeter-se a uma transfusão de sangue. A imprensa deu destaque ao falecimento, em matérias que recordavam a polêmica gerada por sua entrada no Itamaraty e colocavam em relevo a importância de seu ato para o avanço das conquistas femininas no Brasil.

2.2.2 Pós Maria José a 1954

Em 1926, oito anos antes de sua aposentadoria, Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos deixou de ser a única diplomata brasileira. Naquele ano, Wanda Vianna Rodrigues e Celina Porto Carrero, que já trabalhavam no Itamaraty em outras funções, foram nomeadas para o cargo por ela ocupado, de 3o oficial da Secretaria. Ao contrário de sua

⁴⁷ FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011):** uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 65.

⁴⁸ *Ibidem.* p. 71-72.

⁴⁹ *Ibidem.* p. 83.

antecessora, nenhuma delas entrou em suas carreiras por meio de concurso. Wanda e Celina não prestaram concurso para entrar no MRE, a última das mulheres a se incorporar às fileiras da carreira de terceiro oficial da Secretaria de Estado foi Zorayma de Almeida Rodrigues, a qual foi aprovada na turma de 1928.

Com a Revolução de 24 de outubro de 1930, assumiu o Itamaraty Afrânio de Mello Franco, que seguiu nessas funções após a junta militar ter passado a chefia do Governo Provisório a Getúlio Vargas, em 3 de novembro de 1930. Com ampla experiência em matéria de política externa e direito internacional, sua gestão, sob o ponto de vista administrativo, marcou-se pela “preocupação em diminuir as despesas com a manutenção e o funcionamento dos órgãos do MRE”⁵⁰.

Como já citado anteriormente, em 1931, a carreira de Oficial de Secretaria se fundiu com o ramo consular e as 4 mulheres as mulheres foram transferidas para o corpo consular, carreira na qual tinha menos prestígio do que a carreira diplomática, mas permitia o destacamento das mulheres no exterior, o que melhorava sua visibilidade e fazia com que um número cada vez maior de mulheres se candidatassem aos exames. Contrariamente, com a ascensão do autoritarismo e com os poderes de grupos conservadores, o avanço das mulheres no mercado de trabalho foi parado. A desculpa era “preservar a honra”, a começar pela proibição de trabalhar no turno da noite. Outra medida foi a regulamentação da movimentação geográfica das funcionárias. Segundo a secretaria responsável pela função pública, “seria inadequado que as moças se deslocassem constantemente de um lugar para outro”. Com o aumento de restrições perante o trabalho feminino, era uma questão de tempo para que a ascensão das mulheres no MRE fosse afetada⁵¹.

Também foram instauradas normativas sobre o casamento de diplomatas, tratando sobre o veto ao casamento com pessoas estrangeiras e sobre a passagem para disponibilidade não remunerada de um dos cônjuges em caso de matrimônio entre funcionário e funcionária dos serviços diplomáticos, entre outros dois incisos. A renúncia ao cargo quando do casamento não era a única diferença que o Itamaraty fazia entre mulheres e homens diplomatas, mas era uma

⁵⁰ FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios.** [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 97.

⁵¹ FARIAS, Rogério de Souza; CARMO, Gessica Fernanda do. **Brazilian Female Diplomats and the Struggle for Gender Equality. Gendering Diplomacy and International Negotiation.** Palgrave Macmillan, Cham, 2017. p. 107-124. DOI:10.1007/978-3-319-58682-3_6. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320989572_Brazilian_Female_Diplomats_and_the_Struggle_for_Gender_Equality. Acesso em: 28 ago. 202. p. 109-110.

delas, pois na maioria das vezes as mulheres que desistiam de suas carreiras para seguir a de seus maridos como veremos mais adiante⁵².

Em 1938, os existentes ramos consular e diplomático viraram um ramo diplomático unificado. A decisão foi ambígua, de forma que fez com que, de repente, todas as mulheres que já trabalhavam como cônsules foram transferidas para a nova carreira diplomática. Mas, atendendo às pressões dos conservadores, a carreira foi fechada para mais mulheres. Com o fim das barreiras legais formais, ficou evidente que o próprio *ethos* diplomático profissional tinha um viés de gênero, as mulheres que vieram após esse período ainda sim, tiveram dificuldades em seu ambiente de trabalho. Elas tiveram que trabalhar mais, mostrar mais profissionalismo e enfrentar piores condições de trabalho do que seus colegas do sexo masculino, além de sofrer preconceito⁵³.

Sabendo que as reformas que o Itamaraty preparava seguiram um caminho negativo em relação às mulheres, em junho de 1938, o movimento inicial de mulheres brasileiras escreveu ao Ministro Oswaldo Aranha, na pessoa da doutora Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino e, então, a mais importante liderança feminina no Brasil, exigiu que os direitos concedidos às mulheres pelo o ministério fosse mantido⁵⁴.

É importante lembrar que a presença da mulher no mercado de trabalho, no Itamaraty ou em outros órgãos da administração pública era um caso especial. No final dos anos 1920, ainda eram escassas as mulheres que ingressavam em instituições do ensino superior, com exceção dos cursos menos prestigiados da área médica (farmácia e dentística), nos quais as mulheres respondiam por quase um terço do número de formadas. Mesmo o discurso feminista da época assumiu uma forma ambígua, como defender que as mulheres trabalhassem fora de casa apenas quando necessário.⁵⁵

As mulheres ainda eram tratadas de forma diferente dos homens na política. O direito de voto foi estendido a elas em 1932 com a promulgação da Lei Eleitoral, que declarava eleitores maiores de 21 anos, independentemente do sexo. Carlota Pereira de Queiroz defendeu

⁵²FRIANÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011):** uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p.103. p.115.

⁵³ *Ibidem.* p. 97.

⁵⁴ *Ibidem.* p. 15.

⁵⁵ *Ibidem.* p. 100.

a agenda feminista na Constituinte, única mulher entre as 254 delegadas. As discussões sobre os papéis das mulheres inflamaram, provocaram debates e estiveram longe de um consenso.⁵⁶

A nova constituição, promulgada em 16 de julho de 1934, reconheceu o direito das mulheres ao voto, a maior conquista de todas. Além disso, a Carta Magna regulamentou o trabalho das mulheres ao proibir as diferenças salariais por idade, sexo, nacionalidade ou estado civil, ainda que de forma precoce, e negou a participação das mulheres em profissões insalubres. A ampliação da participação das mulheres na vida nacional estava longe de ser uma realidade, mas já era uma forma de avanço em algumas áreas. No Itamaraty, por exemplo, um concurso consular de terceira classe realizado alguns anos depois levou ao aumento do número de mulheres⁵⁷.

2.2.3 1955 a 1990

Maria Sandra Cordeiro de Mello, foi pioneira em muitos aspectos: primeira mulher a passar pelo IRBr, primeira a entrar para a carreira diplomática tal como a conhecemos atualmente e primeira representante da “Segunda Geração” de diplomatas. Em 29 de julho de 1970, Maria Sandra Cordeiro de Mello deu os primeiros passos da aglomeração, solicitando autorização para se comunicar com o embaixador do Brasil na Turquia, José Augusto de Macedo-Soares. Casou-se com Soares. A escolha de Maria Sandra Cordeiro de Mello foi se casar, abrindo mão de "subir todos os degraus da carreira diplomática" para ficar com o marido⁵⁸.

Desde janeiro de 1956, o Itamaraty conviveu com a primeira mulher a ser promovida a primeira-ministra: Odette de Carvalho e Sousa. Primeira embaixadora do Itamaraty e primeira embaixadora de carreira do mundo, ela tinha 52 anos e era conhecida no MRE como Dona Odette, uma prática machista porque, quando se refere a todos os homens, o nome é sempre precedido de um título de posto. Odette de Carvalho e Souza é integrante do "G20" e é a diplomata mais importante do grupo. Ingressou no Itamaraty em 13 de fevereiro de 1936, aprovada em concurso de títulos e foi aposentada no dia 2 de outubro de 1969, por ter completado 65 anos de idade. Faleceu no ano seguinte.⁵⁹

⁵⁶ FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011):** uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 101.

⁵⁷ *Ibidem.* p. 107-108.

⁵⁸ *Ibidem.* p. 194 e 195.

⁵⁹ *Ibidem.* p. 201-202.

Havia na época temores de que o fim da proibição de entrada de mulheres nas carreiras diplomáticas se refletisse no “*spillover*” da representação feminina, de tal modo que o elemento feminino, em vez de se tornar uma exceção na massa, se tornaria a própria massa. A temida tendência não se verificou naquela época e até hoje não se tornou realidade⁶⁰. Não há regularidade na aprovação de mulheres até hoje.

Ainda persistiam, no entanto, entraves burocráticos e legais ao pleno exercício da profissão pelo sexo feminino. Muitas mulheres da “Segunda Geração” tiveram que fazer face a esses obstáculos, sendo um deles a proibição do casamento entre servidores públicos. O veto ao matrimônio deixara de existir com a promulgação, em 14 de julho de 1961, que reorganizou o ministério. Aplicado no âmbito interno do Itamaraty, o parecer corresponde ao fim de uma carreira proibindo o casamento, o que representa um avanço nos direitos das mulheres, que acabam sendo as mais prejudicadas pelo veto, conforme demonstrado⁶¹.

Vitória Alice Cleaver tomou posse em 1971, e foi a primeira mulher a receber uma medalha de Rio Branco, ficando em primeiro lugar na classificação final do concurso. Vitória Cleaver conta que quando começou a trabalhar no Itamaraty, percebeu que as mulheres nem tudo podiam fazer. Segundo ela, em sua casa sempre havia imperado um regime de igualdade entre seus progenitores, o que a fez crer que nada lhe seria proibido ou dificultado pelo fato de ser mulher. Vitória afirma que, ao longo de sua carreira, não sofreu nenhuma discriminação que prejudicou sua carreira. No entanto, ela lembra de várias situações que, em sua opinião, sugerem que há um viés desfavorável contra as mulheres no MRE.⁶²

Nesse cenário, a sociedade civil começou a se organizar, o feminismo e os movimentos de mulheres estenderam seu alcance a todos os níveis do poder público, e nenhuma mulher no Itamaraty estava no topo de sua carreira. As coisas começaram a tomar novos rumos, quando em 1986, quando a então Segunda Ministra Thereza Maria Machado Quintella foi convidada para assumir a direção do IRBr. Pela primeira vez nos 42 anos de história do IRBr, as mulheres assumem a responsabilidade de formar novos quadros diplomáticos brasileiros. Dada a natureza de socialização e assimilação da execução do Instituto, a escala de sua missão supera em muito a ideologia restritiva de atacá-lo quando é oferecido. Ela percebeu que o papel era a maneira do Itamaraty tentar fazer com que ela fosse notada, um teste de como ela faria isso e, de alguma

⁶⁰ FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011):** uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 202.

⁶¹ *Ibidem.* p. 203-204.

⁶² *Ibidem.* p. 208-209.

forma, afetaria sua promoção a embaixadora. Ele serviu nesta função por quatro anos. Quase 70 anos após a posse de Maria José Pinheiro de Vasconcellos, em 1918, ela é a quarta mulher a atingir o auge de sua carreira. A primeira embaixadora da segunda geração, Thereza Quintella, foi a única embaixadora ativa por quase quatro anos. Em maio de 2008, ele se aposentou aos 70 anos, mas isso não significou que ele deixou o tema das mulheres, que lidou em seus 47 anos de carreira⁶³.

2.2.4 1990 a 2000

A participação política no Brasil tinha alcançado um novo patamar. Como decorrência de processos sociais, políticos e culturais, a sociedade civil se organizou para defender seus direitos e vê-los refletidos na Constituição de 1988. No caso específico do movimento de mulheres e feminista, 80% de suas demandas, reunidas na “Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte”, foram incorporadas à Carta Magna. O movimento acreditava que seu papel passava a ser o de velar para que os avanços da nova Constituição fossem o ponto de partida para outras conquistas e para que a expressão dos direitos fosse seguida de sua garantia efetiva. A agenda nacional de reformas foi caracterizada por uma tensão crônica entre a ideia de eficiência e o conceito de democratização dos processos decisórios e de acesso aos serviços públicos. A movimentação da sociedade civil brasileira refletia um cenário mundial de grande complexidade⁶⁴.

A IV Conferência Internacional sobre a Mulher, em Pequim, em 1995, é considerada o maior e mais importante encontro sobre o tema ‘mulher’ no âmbito da ONU. O conceito de gênero permite afastar-se das noções biológicas de diferenças de gênero, em favor de ver a relação entre homens e mulheres como algo social e culturalmente construído e, portanto, modificável. A noção de empoderamento da mulher enfatizava a importância de que a mulher tivesse o controle sobre o seu desenvolvimento, cabendo ao governo e à sociedade criarem condições e apoiá-la no processo. A ideia de transversalidade visa garantir que as perspectivas de gênero sejam efetivamente parte das políticas públicas em todas as áreas de atuação do governo. Esses conceitos pautaram a atuação do governo brasileiro e dos movimentos sociais. No âmbito administrativo e organizacional, não apenas no Itamaraty, mas em todo o setor público, as atenções estão voltadas para os projetos nacionais de reforma. No entanto, questões

⁶³ FRIANÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011)**: uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 32-240.

⁶⁴ *Ibidem*. p. 245-246.

relacionadas a gênero claramente não estavam entre as prioridades do Itamaraty entre 1988 e 1996⁶⁵.

⁶⁵ FRIÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011):** uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 247-248.

3. UMA ANÁLISE ACERCA DA PRESENÇA DE MULHERES NA DIPLOMACIA BRASILEIRA

3.1 As Dificuldades Enfrentadas pelas Mulheres Diplomatas na Progressão da Carreira

Vem ocorrendo, no Brasil e no mundo, uma redinamização dos movimentos pelo reconhecimento da igualdade das mulheres, seja por mais direitos, onde eles ainda não são totalmente reconhecidos. Em resposta, governos, agências e empresas tomaram medidas para reduzir leis ou normas de conduta, conforme o caso, para coibir a violência contra as mulheres. O Itamaraty é uma instituição que cultua e preserva suas tradições sem se modernizar para evoluir com o passar do tempo para melhor atender aos interesses da nação⁶⁶.

A ordem social baseada na dominação masculina, que resulta da inculcação, em mulheres e homens, de perspectivas androcêntricas sobre as diferenças de gênero. Considerando o objeto de estudo desta pesquisa, notam-se indícios de que o Itamaraty obedece à dinâmica da estruturação da sociedade moderna ocidental, que, nega e condena a mudança⁶⁷. Os valores femininos e a natureza da carreira foram, aos poucos, afetados pelo avanço dos costumes sociais e pelo engajamento das mulheres na política - os representantes adequados do Estado brasileiro na política internacional, portanto, tinham que ser elegantes, educados e discretos; além disso, eles também exigiam tato, boas maneiras, astúcia, um olhar aguçado para os detalhes e um gosto refinado para roupas⁶⁸.

A situação das mulheres no Itamaraty se enquadra na ordem social ainda vigente no mundo ocidental, que privilegia a dominação masculina e busca a manutenção do status quo. Ao expô-la, não se trata de provocar uma revolução, mas sim de provocar um debate "sobre políticas de pessoal que trazem para a esfera pública questões relacionadas a gênero e outras minorias, especialmente no Itamaraty". Esse debate é realmente urgente. Como observado acima, o sucesso extraordinário ocasional de algumas mulheres não representa uma solução para a desigualdade. São exceções à regra da prova. No Itamaraty, as desigualdades serão

⁶⁶ FRIANÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011)**: uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 11-20.

⁶⁷ *Ibidem*. p. 294.

⁶⁸ FARIAS, R. de Souza. "Do You Wish Her to Marry?" Brazilian Women and Professional Diplomacy, 1918–1938. **Diplomacy & Statecraft**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 39–56, 2017. DOI: 10.1080/09592296.2017.1275506. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=121886388&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 27 ago. 2021. p. 47.

superadas, porque no Itamaraty, uma mulher, ou mais mulheres, podem ter um papel importante e deixar de se felicitar⁶⁹.

3.2 Política Externa Brasileira e Gênero

A política externa do Brasil apresenta marcada sensibilidade de gênero. O Brasil assinou todos os acordos internacionais e regionais contra a violência e discriminação contra as mulheres, e os discursos dos representantes do governo em fóruns internacionais são, sem dúvida, sensíveis ao gênero, se não feministas, e as operações de paz dirigidas pelo Brasil empregam políticas de integração de gênero e vários acordos de cooperação, que incluem a luta contra a violência contra a mulher e o sexismo. Considerando os padrões internacionais e regionais, a política externa do Brasil, parece muito avançada e progressista⁷⁰.

Há, no entanto, um contraste marcante entre esse progressismo na política externa de gênero e o avanço bastante tímido dentro das duas principais instituições responsáveis pela condução da política externa do Brasil ao lado da Presidência da República: o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério de Defesa (MD) no campo da paz e segurança internacional. Em ambos os ministérios, embora as barreiras à participação igualitária das mulheres (discriminação formal) tenham desaparecido no MRE ou estejam desaparecendo no Ministério da Defesa, persistem várias formas estruturais de discriminação informal. Essa discriminação se reflete na pequena proporção de mulheres no corpo diplomático e nas forças armadas brasileiras, bem como nos cargos de chefia.⁷¹

Segundo Salomón⁷², esta temática pode ser abordada a partir de três dimensões. No que diz respeito à representação das mulheres nos órgãos de decisão de política externa, reflete e reproduz as mesmas hierarquias de gênero que existem na sociedade como qualquer outra instituição social. A sub-representação das mulheres na política é um fenômeno comum, embora as taxas de representação possam variar muito entre os países. Na política externa, talvez mais do que em qualquer outra área política, as mulheres muitas vezes estão sub-representadas ou ausentes em todos os órgãos decisórios. tem uma correlação clara

⁶⁹ FARIAS, R. de Souza. “Do You Wish Her to Marry?” Brazilian Women and Professional Diplomacy, 1918–1938. *Diplomacy & Statecraft*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 39–56, 2017. DOI: 10.1080/09592296.2017.1275506. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=121886388&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 27 ago. 2021. p. 47.

⁷⁰ SALOMÓN, Mónica. **Processos e influências no aprofundamento da dimensão de gênero da política externa brasileira**. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, v. 10, p. 1-20, 2016. p. 3.

⁷¹ *Ibidem*. p. 3-4.

⁷² *Ibidem*. p. 6.

entre a presença (embora não linear) de mulheres (e feministas) na tomada de decisões políticas e o conteúdo sensível ao gênero dessas políticas, ou seja, entre representação política descritivo e substantivo.

A segunda dimensão é o grau de sensibilidade de gênero da política externa, que pode ser definida como sendo desenhada e implementada com o potencial impacto de gênero de suas ações em mente, e tenta mitigar a discriminação e a violência de gênero por meio de ações e políticas específicas. Outros possíveis indicadores de política externa sensível ao gênero incluem, por exemplo, acordos internacionais contra a discriminação e violência de gênero aos quais os governos devem aderir, declarações políticas feitas por governos sobre situações que afetam os direitos das mulheres em todo o mundo, participação ativa em discussões sobre acordos intergovernamentais de gênero Governança e políticas de integração de gênero na participação em projetos internacionais de cooperação para o desenvolvimento e na aplicação de políticas de integração de gênero em suas operações de paz no exterior⁷³.

Por fim, a autora cita a dimensão relacionada ao impacto diferencial das ações de política externa sobre homens e mulheres, argumentando que, por exemplo, as sanções econômicas às vezes têm um impacto mais significativo (e negativo) nas condições de vida da população, mesmo o objeto das sanções sendo o próprio governo. Como uma categoria particularmente vulnerável, as mulheres estão mais acostumadas a esses efeitos nocivos do que os homens. Sua saúde, nutrição e educação são adversamente afetadas por sanções⁷⁴.

Em suma, assim como a falta das mulheres no campo de estudo das relações internacionais, a falta de mulheres na Política Externa Brasileira dificulta a discussão e o diálogo que é tão importante na política de maneira geral. Quando se tem apenas um ponto de vista, apenas um caminho é trilhado, apenas uma voz é ouvida e apenas uma história é contada. A pluralidade é essencial para a política nacional e para a política externa de forma geral.

3.3 A Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro e a Desigualdade de Gênero Presente em 2022 - Uma Análise em Números;

Antes de iniciar, gostaria de ressaltar que este boletim é um progresso, pois já uma forma de identificar o problema, autores citados nesta dissertação como Viviane Balbino e Guilherme Friaça, tiveram que contabilizar por conta própria estes números. Sinto-me lisonjeada em usar

⁷³ SALOMÓN, Mónica. **Processos e influências no aprofundamento da dimensão de gênero da política externa brasileira**. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, v. 10, p. 1-20, 2016. p. 6.

⁷⁴ *Ibidem*. p. 7.

a primeira, do que se espera serem muitas edições, deste boletim estatístico em minha tese de conclusão de curso. Vale, também, observar que apesar do boletim também trazer dados sobre os cargos de Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria, este estudo focará apenas na carreira diplomática propriamente dita.

Esta seção do trabalho será baseada nos dados apresentados na primeira edição do boletim estatístico sobre a ‘Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro’, produzida pelo Departamento do Serviço Exterior da Secretaria de Gestão Administrativa do Ministério das Relações Exteriores no ano de 2022⁷⁵, onde fica clara a disparidade entre homens e mulheres na carreira, não apenas nos altos cargos, mas também no número de mulheres ingressantes e em sua composição em si. Espera-se que os números apresentados possam servir para medir e evidenciar as discrepâncias quantitativas na composição, ingresso, Curso de Altos Estudos, promoção, chefia de postos e aposentadoria numa perspectiva de gênero.

3.3.1 Composição

O primeiro ponto a ser observado é a composição atual da carreira e a distribuição entre homens e mulheres em cada classe da carreira diplomática. Para dar uma visão inicial e ampla, atualmente o Itamaraty possui um total de 1539 diplomatas ativos⁷⁶. Destes, 1185 são homens, o que corresponde a 77%, sendo os outros 23% de diplomatas mulheres - uma diferença absurda de quantitativo. Curiosamente, o que se observará mais a frente, mesmo considerando as enormes diferenças quantitativas, temos uma espécie de equilíbrio percentual nos diversos cargos da carreira.

Começando na base da carreira, no cargo de Terceiro(a)-Secretário(a), tem-se um total de 103, sendo 25 (24,3%) mulheres e 78 (75,7%) homens. Na perspectiva de distribuição geral, tem-se 7,1% de Terceiras-Secretárias e 6,6% de Terceiros-Secretários. Seguindo, no cargo de Segundo(a)-Secretário(a), tem-se um total de 341, sendo 83 (24,3%) mulheres e 258 (75,7%) homens. Na perspectiva de distribuição geral, tem-se 23,4% de Segundas-Secretárias e 21,8% de Segundos-Secretários. Agora sobre o cargo de Primeiro(a)-Secretário(a), tem-se um total de 335, sendo 86 (25,7%) mulheres e 249 (74,3%) homens. Na perspectiva de distribuição geral, tem-se 24,3% de Primeiras-Secretárias e 21% de Primeiros-Secretários.

⁷⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento do Serviço Exterior. Secretaria de Gestão Administrativa. **Boletim Estatístico sobre a ‘Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro’ n°1**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2022.

⁷⁶ Ativos, mas não necessariamente aptos/disponíveis para promoção.

Partindo para a segunda metade mais alta da carreira, começando com o cargo de Conselheiro(a), tem-se um total de 314, sendo 71 (22,6%) mulheres e 243 (74,4%) homens. Na perspectiva de distribuição geral, tem-se 20,1% de Conselheiras e 20,5% de Conselheiros. Continuando com Ministros(as) de Segunda Classe, tem-se um total de 236, sendo 46 (19,5%) mulheres e 190 (80,5%) homens. Na perspectiva de distribuição geral, tem-se 13% de Ministras de Segunda Classe e 16% de Ministros de Segunda Classe. Por últimos, tem-se o cargo mais alto da carreira: Ministro(a) de Primeira Classe, comumente conhecido como Embaixador(a). Tem-se um total de 210 diplomatas lotados nesta classe, sendo 43 (20,5%) mulheres e 167 (79,5%) homens. Na perspectiva de distribuição geral, tem-se 12,1% de Embaixadoras e 14,1% de Embaixadores.

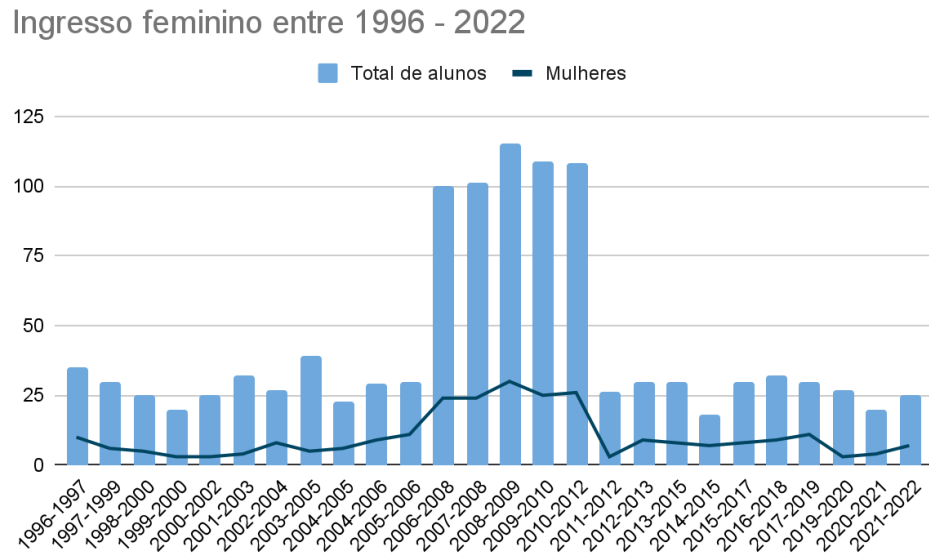
3.3.2 *Ingresso*

O Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) é um processo de seleção para ingresso para a carreira diplomática. Criado em 1996 e realizado pelo menos uma vez por ano, seguiu-se o vestibular para o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (CPCD), que só entrou em vigor em 1995. É um concurso de escopo nacional, pois todas as etapas valem para todas as capitais estaduais e Distrito Federal. Por meio do CACD, os candidatos têm o direito de ingressar no cargo de Terceiro Secretário da Carreira Diplomática, com base na classificação obtida, e de frequentar o Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco⁷⁷.

Acerca do ingresso das mulheres no Instituto Rio Branco, pode-se ter uma melhor noção observando a Tabela 1 abaixo, o qual mostra porcentagens acima de 30% apenas nas turmas de 2005-2006, 2014-2015 e 2017-2019. Percebe-se que após essas grandes porcentagens houve uma queda de pelo menos 10% em todos os anos seguintes, em especial ao ano de 2019-2020, que obteve uma porcentagem feminina de apenas 11%. As possíveis motivações para tal fenômeno foram tratadas nos capítulos anteriores.

⁷⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Instituto Rio Branco. **Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**. [202?]. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/concurso-de-admissao-a-carreira-de-diplomata>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Gráfico 1 - Ingresso feminino no IRBr entre 1996-2026.



FONTE: BRASIL (2022)⁷⁸

3.3.3 Curso de Altos Estudos (CAE)

O Curso de Altos Estudos (CAE) é o requisito para a promoção de Conselheiro a Segundo Ministro, após os cinco anos iniciais. Sua primeira edição ocorreu em 1979. CAEs incluem exposições de ensaios analíticos e propositivos que são funcionalmente relevantes e práticos para a diplomacia brasileira, ou representam contribuições para a história ou pensamento diplomático brasileiro. Os candidatos devem apresentar um projeto de dissertação quando se inscreverem no CAE e, uma vez aprovados pelo Conselho Consultivo, os autores podem preparar e apresentar uma dissertação.⁷⁹ Nas últimas seis edições, tiveram 107 aprovados no CAE, sendo 89 homens e 18 mulheres. Os números foram uma crescente até a 65ª, com 7 aprovadas e caiu para 5 na 66ª.

3.3.4 Promoção

No quesito promoções, a carreira diplomática é consideravelmente competitiva. São poucas vagas em cada promoção. Como já mencionado, as políticas de promoção da mulher estão ocorrendo e contribuindo para o crescimento aqui mencionado, não sem esforço e

⁷⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento do Serviço Exterior. Secretaria de Gestão Administrativa. **Boletim Estatístico sobre a 'Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro' n°1**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2022.

⁷⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Instituto Rio Branco. **Curso de Altos Estudos**. [202?]. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/curso-de-altos-estudos>. Acesso em: 09 jun. 2022.

resistência interna⁸⁰. A primeira promoção dos diplomatas baseia-se na antiguidade, ou seja, por tempo de permanência no mesmo grau, no caso, quatro anos, e obedece à ordem de precedência no mesmo nível hierárquico. Os diplomatas tornam-se então Segundos-Secretários. Na segunda promoção (de Segundo-Secretário a Primeiro-Secretário), o critério pode ser o mérito, além da antiguidade, ou a proporção de cada quatro diplomatas promovidos por antiguidade. A partir da terceira promoção o critério único é o merecimento. As mulheres até aí, conseguem caminhar bem por não dependerem de terceiros para prosseguirem em sua carreira, o que já não acontece tanto no topo da carreira, onde percebemos uma falta maior de mulheres⁸¹.

Os números de promoção feminina para Segunda e Primeira-Secretária se mantêm consideravelmente entre 7 e 12⁸² (podendo ser mais ou menos), porém chegando no cargo de Conselheira o número chegou a 0 em alguns anos e alcançou o máximo de 6 promoções. Vale ressaltar que mesmo em semestres com quase 100 vagas disponíveis para promoções, no período analisado, o número máximo de mulheres promovidas em um semestre foram 23 - 1/2018. Olhando para os cargos de Ministra de Segunda e Primeira Classe os números são ainda mais exorbitantes. Quase, ou todas - como aconteceu em 2/2018 e 2/2020, as vagas foram destinadas a diplomatas homens. Não há razão para não haver pelo menos 1 mulher sabatinada embaixadora nestes anos. Cerca de 60% das mulheres ficam estagnadas nos níveis mais baixos (Primeiras Secretárias e Conselheiras) da carreira, por não conseguirem ascender.

Após a sabatina das embaixadoras na Comissão de Relações Exteriores em novembro de 2021, a presidente da comissão, senadora Kátia Abreu, disse que soube que as mulheres eram minoria na lista de promoção e escreveu que ficou totalmente decepcionada ao então Chanceler Carlos França. A taxa de participação das mulheres no cargo de Ministra de Primeira Classe deve ser de 30% até o final de 2022⁸³. Segundo Kátia Abreu, o caminho pode ser um projeto de lei que reserve pelo menos 30% dos cargos de embaixadora para as mulheres. No ritmo atual de promoção, levará mais uma década para chegar a esse percentual. O Itamaraty não é um mundo independente, ele enfrenta desafios que existem na sociedade como um todo.

⁸⁰ BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata**: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/861-Diplomata._Substantivo_comum_de_dois_generos.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021. p. 17.

⁸¹ *Ibidem*. p. 62.

⁸² Período analisado: 1/2016 - 2/2021.

⁸³ Na semana do depósito desta monografia, foi aprovada a lista de promoções para 1/2022 e nela a presença feminina era de 30% (ou mais) em todos os cargos.

No entanto, na vanguarda do serviço público, como centro de excelência para o estado brasileiro, pode enfrentar esse problema de forma exemplar⁸⁴.

3.3.5 *Chefia de Postos*

Atualmente (2022), existem 221 postos com diferentes categorias e em diferentes regiões. No momento da publicação deste trabalho apenas tinham 185 chefias formalmente nomeadas pelo Itamaraty, de acordo com o Boletim Estatístico⁸⁵. Sendo assim, podemos considerar que as mulheres chefiam, até então, 29 postos, que correspondem a 15,7%. Enquanto isto, os homens ocupam os outros 156 postos e 84,3%. Quando observamos pelo tipo de posto, as mulheres chefiam apenas 12,2% das embaixadas, missões e escritórios. Consulados Gerais, consulados e vice-consulados são 13 de 54, o que corresponde a 24,1%.

Acerca da categoria dos postos, o quantitativo de chefias femininas em postos A é o mesmo que em postos D, 6, mas a porcentagem diverge minimamente quando comparada ao quantitativo masculino. O quantitativo de chefias femininas em postos B e C, são respectivamente, 8 e 9. Quando olhamos para as regiões dos postos, as chefias femininas estão especialmente concentradas na Europa (9) e na América do Sul (7), seguidas pela África (5). Os menores quantitativos estão na América Central e Caribe (3), América do Norte (3) e Ásia e Oceania (2) - esta última região é a segunda onde se encontra a maior concentração de chefias masculinas.

3.3.6 *Aposentadoria*

Dentro do período de 1º de janeiro de 2016 e 23 de maio de 2022, 134 diplomatas terminaram a sua carreira ou se aposentaram. Destes, foram 30 mulheres e 104 homens. Sendo 2 (1,9%) Segundos-Secretários homens e 3 (10%) Primeiras-Secretárias mulheres. No cargo de Conselheiro(a), 15 (50%) mulheres e 23 (22,1%) homens deixaram a carreira. Tratando dos Ministros(as) de Segunda Classe, 3 (10%) Ministras e 23 (22,1%) Ministros. Por fim, 9 (30%) Embaixadoras e 56 (53,8%) Embaixadores deixaram o MRE no período citado. Podemos perceber que grande parte das mulheres deixou a carreira antes de alcançar o posto mais alto ou

⁸⁴ RITTNER, Daniel *et al.* **Globo Valor**. Brasília, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/mulheres-no-itamaraty-a-luta-por-mais-espaco.ghtml>. Acesso em: 08 jun. 2022.

⁸⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento do Serviço Exterior. Secretaria de Gestão Administrativa. **Boletim Estatístico sobre a 'Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro' n°1**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2022. p. 12.

entrou no quadro especial, enquanto a maioria dos homens possivelmente se aposentou como embaixador.

3.4 A Necessidade do Feminismo Dentro da Diplomacia e das Relações Internacionais

Sem dúvida, o campo teórico feminista é um dos mais complexos das humanidades, caracterizado pelo intenso diálogo entre disciplinas preocupadas com o social, político, econômico e internacional, não dialoga apenas com as mulheres; é sobre o mundo, engajando-se através de perspectivas. Não é por acaso que a disciplina das relações internacionais é fortemente influenciada por conceitos, questionamentos, explicações e provocações ideológicas feministas que representam e subvertem a chamada ordem natural ao revelar as hierarquias de gênero que compõem a vida social. O debate feminista entrou nas relações internacionais com o terceiro grande debate teórico, começando a oferecer novas abordagens epistemológicas para a produção do conhecimento. O feminismo tem uma longa tradição em outras disciplinas, desde a expansão de direitos e liberdades até o desenvolvimento do conceito de gênero e o posterior questionamento dos papéis atribuídos a homens e mulheres⁸⁶.

Ao contrário de outros, nas leituras feministas das relações internacionais, não só o Estado é problematizado como uma estrutura fundamental que perpetua e promove a desigualdade de gênero, mas a masculinidade que ele contém (capturada em todas as outras dimensões políticas e sociais) e que constituem as preocupações fundamentais da agenda de pesquisas. Essa característica da masculinidade e seu impacto na definição dos papéis de gênero informam as agendas teóricas sobre gênero e diplomacia, pois fornecem uma explicação do Estado e suas instituições como estruturas de gênero. Nesse sentido, colocar o indivíduo e o mundo sob o escrutínio da leitura feminista significa apontar para a estrutura de gênero que constitui a ordem, que por sua vez reflete esse arranjo hierárquico divisor na sociedade⁸⁷.

No contexto da diplomacia, os fatores institucionais não escaparam dessa ordem de gênero, afetando a trajetória dos diplomatas desde a entrada até a promoção em diferentes etapas de suas carreiras. Por isso, grande parte da literatura sobre diplomacia e gênero tem recorrido a uma abordagem feminista para o estudo das instituições, ao mesmo tempo em que dá sentido à experiência dos diplomatas e supera as características contábeis das abordagens liberais. Por certo, a combinação de estatísticas e divulgação das experiências das diplomatas é essencial

⁸⁶ LENINE, Enzo; SANCA, Naentrem. Gender, Feminism and Diplomacy: Analysing the Institution through the Lenses of Feminist International Relations. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 100, p. 98-122, 2022. Acesso em: 7 jun. 2022. p. 105-106.

⁸⁷ *Ibidem*. p. 107-108.

para tornar visível a hierarquia de gênero na instituição. O objetivo subjacente é construir uma análise de gênero que veja o gênero como um elemento multifacetado e estruturado da realidade social. Nesse sentido, ver através de uma lente feminista provou ser particularmente eficaz na teorização e análise empírica da diplomacia como uma instituição de gênero⁸⁸.

⁸⁸ LENINE, Enzo; SANCA, Naentrem. Gender, Feminism and Diplomacy: Analysing the Institution through the Lenses of Feminist International Relations. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 100, p. 98-122, 2022. Acesso em: 7 jun. 2022. p. 108-110.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia pretendeu entender o desenvolvimento do papel desempenhado pelas mulheres na Diplomacia brasileira, com destaque especial para o período da constituição da diplomacia moderna para fomentar o debate e a discussão sobre a situação da mulher no campo diplomático durante a história e atualmente, além como isso influenciou e influencia em suas jornadas diplomáticas, apresentando argumentos históricos e quantitativos, a partir da teoria feminista. Quanto aos procedimentos técnicos, foi necessário embasamento teórico e histórico, a pesquisa utilizou-se de bibliografias já publicadas - artigos e livros, com análise de materiais e documentos históricos acerca das mulheres pela história do Itamaraty. Considera-se que os objetivos estabelecidos para a compreensão da trajetória e dos papéis desempenhados pelas mulheres dentro do campo diplomático, foram cumpridos, mesmo com as dificuldades a serem especificadas a seguir.

Esperava-se conseguir sintetizar o que é teoria de gênero segundo as principais teóricas da área, decompor o conceito de mulher e como essa condição implica na carreira diplomática e entender como a diplomacia pode ser uma arte essencialmente feminina. Acredita-se que todos os principais conceitos foram trabalhados e especificados, principalmente os que são de relevância para a interpretação do restante do trabalho. Estes objetivos esclarecem que as Relações Internacionais ainda não consideram a temática de gênero como *high politics* e que o campo diplomático ainda tem que quebrar muitas de suas tradições e paradigmas para abrir espaço às especificidades femininas. Concluindo que as mulheres ainda têm um longo caminho a ser percorrido em ambas as áreas para uma possível equidade de gênero.

No caso da perspectiva histórica, esperava-se apresentar como a diplomacia brasileira moderna foi constituída, a partir do século XIX e como a partir de sua entrada, em 1918, as mulheres participaram do desenvolvimento da mesma, além de sintetizar suas conquistas desde então. Por certo, as principais mulheres de cada período foram lembradas e logo, as dificuldades enfrentadas por cada uma delas. Foi importante destacar num primeiro momento como a diplomacia foi feita por homens, sem nenhuma menção feminina nas principais literaturas. Num segundo momento, a perspectiva é uma história marcada somente pelas mais importantes figuras femininas dentro do Itamaraty, o que não foi um trabalho fácil, pois a própria história nos dificulta de contar tal de modo.

Por fim, de forma analítica, foi apresentada uma análise das dificuldades enfrentadas pelas diplomatas e de como isso impede o crescimento profissional das mesmas, além de como a política externa brasileira reage às temáticas de gênero e os números mais atuais do Ministério

das Relações Exteriores, na perspectiva de gênero; finalizando com uma argumentação acerca da necessidade do feminismo dentro da diplomacia e das Relações Internacionais. Por certo, a parte mais difícil das três.

Foi analisado o motivo pelo qual ainda hoje, em pleno 2022, não se consegue ter uma porcentagem feminina mais perto dos 50% e acredita-se que tenha ficado claro que o Itamaraty é um reflexo da sociedade brasileira, e que enquanto a ordem social que privilegia a dominação masculina não mudar, o restante não irá. Mudando o curso, por falta de literatura, disserta-se sobre a relação da política externa brasileira e gênero e como a sub-representação feminina pode ser abordada, concluindo que a pluralidade é essencial para a política nacional e para a política externa de forma geral. Ademais, foram apresentados diversos números recentes para embasar a hipótese da falta de representatividade no Itamaraty e exemplificando a grande discrepância nos percentuais de gêneros em todas as variáveis levantadas. Finaliza-se a análise, ressaltando a importância da teoria feminista para o campo das Relações Internacionais, uma vez, que permite debates - como este - que envolvem não uma única vertente (a mulher), mas também requer uma pesquisa completa: social, econômica e política; tanto de maneira quantitativa, quanto qualitativa como apresentado nesse trabalho.

Com isso, a hipótese do trabalho de que o campo diplomático brasileiro foi construído diretamente a favor das vontades e características masculinas, acabando por colocar as mulheres em uma visão subalterna ou implícita no ambiente familiar e que mesmo que hoje, no entanto, mesmo que não existam barreiras legais ou formais para as mulheres, ainda existem algumas complicações não encontradas nas trajetórias masculinas, se confirmou, pelos motivos históricos e quantitativos supracitados. As mulheres foram excluídas e proibidas de participar deste espaço de poder por muitos anos, o que fez com que a sua participação até hoje seja baixa, além dos motivos sociais de dominação masculina e expectativas familiares.

Sendo assim, o papel e a importância da mulher na diplomacia brasileira se desenvolveram em meio a barreiras e preconceitos relativos à carreira de forma difícil e lenta, mas ao longo de todos os anos, elas sempre estiveram presentes. Seja nos bastidores - de forma performática ou ornamental, como as esposas dos diplomatas - ou no campo de frente, como Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos e tantas outras. Essa história ainda está sendo escrita. Este papel é adaptável e sua importância inquestionável. Acerca das barreiras e preconceitos, estes ainda existem, mas estão sendo legalmente e socialmente combatidos todos os dias, assim como mostram os dados.

Espera-se que este trabalho gere interesse e debate e logo pesquisas futuras. Há uma necessidade urgente no campo por mais literaturas - especialmente brasileiras - com

interseccionalidade das temáticas de Relações Internacionais. Que esta dissertação seja base para outras a vir e que seja ponto de reflexão aqueles que se propuseram a ler.

REFERÊNCIAS

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata**: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/861-Diplomata._Substantivo_comum_de_dois_generos.pdf . Acesso em: 20 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. "**A dominação masculina.**" [S. l.]: [S. n.], 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento do Serviço Exterior. Secretaria de Gestão Administrativa. **Boletim Estatístico sobre a ‘Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro’ nº1**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2022.

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Dados**: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto internacional**, v. 34, n. 1, p. 311-355, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/bcWcqfYFWWhDWwxYDbqQsdbj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021. p. 315.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. University of California Press, 2014.

FARIAS, Rogério de Souza. “Do You Wish Her to Marry?” Brazilian Women and Professional Diplomacy, 1918–1938. **Diplomacy & Statecraft**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 39–56, 2017. DOI: 10.1080/09592296.2017.1275506. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=121886388&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FARIAS, Rogério de Souza; CARMO, Géssica Fernanda do. Brazilian Female Diplomats and the Struggle for Gender Equality. **Gendering Diplomacy and International Negotiation**. Palgrave Macmillan, Cham, 2017. p. 107-124. DOI:10.1007/978-3-319-58682-3_6. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320989572_Brazilian_Female_Diplomats_and_the_Struggle_for_Gender_Equality. Acesso em: 28 ago. 2021.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011)**: uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. [S. l.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

FRITZSCHE, Nora. The construction of masculinity in international relations. **The Interdisciplinary Journal of International Studies**, v. 7, p. 41-54, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5278/ojs.ijis.v7i0.157>. Disponível em: <https://journals.aau.dk/index.php/ijis/article/view/157>. Acesso em: 25 abr. 2021.

LENINE, Enzo; SANCA, Naentrem. Gender, Feminism and Diplomacy: Analysing the Institution through the Lenses of Feminist International Relations. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 100, p. 98-122, 2022. Acesso em: 7 jun. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. In: LOURO, Guacira Lopes. **Marcas do corpo, marcos do poder**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 75-90, 2008.

MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. Feminizando a diplomacia: um estudo das narrativas de mulheres diplomatas. 2017. 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Instituto Rio Branco. **Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**. [202?]. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/concurso-de-admissao-a-carreira-de-diplomata>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Instituto Rio Branco. **Curso de Altos Estudos**. [202?]. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/curso-de-altos-estudos>. Acesso em: 09 jun. 2022.

RITTNER, Daniel et al. **Globo Valor**. Brasília, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/mulheres-no-itamaraty-a-luta-por-mais-espaco.ghtml>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SALOMÓN, Mónica. **Processos e influências no aprofundamento da dimensão de gênero da política externa brasileira**. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, v. 10, p. 1-20, 2016.

TOWNS, A. E. “Diplomacy is a feminine art”: Feminised figurations of the diplomat. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 46, n. 5, p. 573–593, 2020. DOI: 10.1017/S0260210520000315. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=147141612&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 26 ago. 2021.